



A educomunicação como estimuladora da participação política da juventude¹

Fernanda Nalon SANGLARD²
Paulo Roberto Figueira LEAL³

RESUMO

Este artigo faz uma revisão bibliográfica de trabalhos de autores que abordam a relação dos jovens com a política e tem a intenção de refletir como a educomunicação, a partir do desenvolvimento dos estudos de Mario Kaplún, pode contribuir para ampliar a participação política da juventude. A partir da vertente dos Estudos Culturais ingleses, o trabalho aborda a “crise de identidade” não apenas como uma manifestação dos jovens, mas de toda a sociedade contemporânea. Pretende-se também desmistificar a ideia de que a população que tem atualmente entre 15 e 24 anos seria menos politizada do que as gerações anteriores, justificando que a alteração não se deve ao grau de envolvimento com a política, mas à descoberta de novas formas de participação e à descrença nas instituições políticas tradicionais, que assola toda a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: educomunicação; juventude; política

INTRODUÇÃO

Os jovens atuais vivem a efervescência tecnológica e as primeiras consequências do mundo globalizado, acompanhando de forma cada vez mais mediatizada as modificações da sociedade. A relação do jovem com a escola também mudou, já que a necessidade cada vez maior de participação e interatividade começa a tornar os métodos tradicionais de ensino obsoletos. Esses fatores também se relacionam com a ascensão dos veículos de comunicação como substitutos de muitas funções antes exercidas por outras instituições.

Os meios de comunicação (sejam os de massa, sejam aqueles relacionados às novas tecnologias) passaram a dividir com as instituições tradicionais – como Estado, família, escola e religião – a responsabilidade de contribuir com as construções identitárias da sociedade e, muitas vezes, é atribuída à mídia papel preponderante nesse processo. Segundo Aldé (2004, p. 19), “o cenário em que encontramos os cidadãos da

¹ Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 12 a 14 de maio de 2011.

² Jornalista e mestranda do PPGCom da UFJF. e-mail: nandanalon@hotmail.com

³ Professor do PPGCom da UFJF. e-mail: pabeto.figueira@uol.com.br



democracia contemporânea caracteriza-se por uma esfera pública cada vez mais dependente dos meios de comunicação de massa (...).”

A partir do entendimento das identidades como produtos sociais, surge a compreensão de que os meios de comunicação contribuem de forma decisiva para a construção social da realidade - e, portanto, também impactam os fenômenos de construção das identidades. Eles são considerados elementos centralmente constituintes das formas atuais de organização social e de configuração cultural, caracteristicamente urbanas, e dos “fluxos globalizadores” (COSTA, 2002, p.19).

Este artigo dialoga com os Estudos Culturais ingleses, que partem do princípio da existência de identidades múltiplas, transitórias e construídas socialmente, o que proporciona nova compreensão e interpretação sobre o eu e o outro, a identidade e a diferença. Segundo Hall (2000, p.8-11), à medida que os sistemas de significação se multiplicam, as pessoas se deparam com uma possibilidade imensa de identidades, assumidas de acordo com o momento vivido.

O cidadão contemporâneo, que nasceu, ou pelo menos conviveu em boa parte de sua existência, com a efervescência tecnológica, tende a inovar nas formas de se relacionar, aprender e transmitir informações. Portanto, ele tem cada vez mais possibilidade de compreender que as identidades não são fixas, e que a construção identitária é um processo de criação de discursos.

Alain Bourdin (2001), ao abordar a constituição do vínculo social e da identidade, defende que o vínculo seria alicerçado nas relações de complementaridade e troca, no sentimento de pertencimento à humanidade e no compartilhamento de cotidiano comum. O pensamento de Bourdin se aproxima do de outros pensadores, como Hall, na defesa de que a busca pelas identidades reside em uma espécie de “crise de pertencimento”. Bauman (2005) vai mais além ao propor que essa busca seria realizada de forma predominante a partir do “consumo” dos meios de comunicação.

Neste sentido, a juventude merece ser estudada de forma especial, já que tal fase da vida costuma ser interpretada como um momento de incertezas, dúvidas e descobertas.

Na adolescência, a ‘personalidade’ social ainda não está cristalizada: os papéis ainda não se tornaram máscaras endurecidas sobre os rostos, o adolescente está à procura de si mesmo e à procura da condição adulta, donde uma primeira e fundamental contradição entre a busca de autenticidade e a busca de integração na sociedade. A essa dupla busca se une a busca da ‘verdadeira vida’. (MORIN, 1997, p. 154).



Apesar da concordância com a afirmativa de Morin, é preciso ponderar que, assim como defende Goffman (1985), as máscaras sociais são variáveis nas mais diversas circunstâncias e em todas as fases da vida, não apenas na adolescência. Sendo assim, a partir da percepção de que existe enorme possibilidade de rearranjos identitários, surge também uma crise de pertencimento – uma questão que incide fortemente sobre os jovens.

DE QUAL JUVENTUDE FALAMOS?

Nos próprios dicionários (como Aurélio e Houaiss) a juventude é citada como exemplo de grupo com aversão à política. Entretanto, mesmo vivendo em uma sociedade marcada pela fragmentação, midiaticização e individualidade, trabalha-se aqui com o pressuposto de que o jovem não deixou de ser político, mas passou a assumir novas formas de participação. Nesse contexto, os meios de comunicação de massa ocupam papel importante na constituição desse novo envolvimento participativo e também podem ser interpretados como incentivadores de construções identitárias.

Imagens estereotipadas em relação à juventude - ora associadas à transgressão e à delinquência, ora à apatia ou ao consumismo - começam a ser derrubadas a partir do momento em que a mídia apresenta uma produção instigante e criativa voltada para os jovens e sobre os jovens. Meios de comunicação comprometidos com a juventude podem colaborar para o desenvolvimento da capacidade crítica dos integrantes deste segmento, bem como para o incentivo e fortalecimento de novas lideranças. (MAIA, 2009, p.67).

Vale ressaltar que não existe uma única concepção de juventude, mas uma pluralidade de conceitos e modos de ser. Portanto, este artigo não tem a pretensão de categorizar os jovens como uma categoria bem delimitada e dotada de uma identidade geral, já que, a partir da vertente do interacionismo simbólico e dos Estudos Culturais, compreende-se que a juventude é um grupo socialmente construído e, assim, apresenta perfis que variam de acordo com o contexto social e histórico.

Devido à complexidade de explicitar todas as características de um grupo tão heterogêneo, optou-se pela abordagem das “classificações” utilizadas por estudiosos do assunto. Como as identidades também são “forjadas a partir das diferenças” (GUARESCHI, 2006, p.84), as identidades dos jovens serão articuladas em função das principais diferenças em relação a outros grupos sociais.



José Machado Pais (1993), ao fazer uma resenha bibliográfica sobre as diversas percepções de juventude, apresenta duas principais correntes teóricas: a geracional e a classista. Na primeira, relacionada à fase da vida, a juventude é tomada como faixa etária (...); enquanto na segunda é demarcada a partir de aspectos socioculturais. (MAIA, 2009, p.59).

Pais (1993) entende a juventude como tipicamente capaz de se interconectar, aproximar e afastar. O jovem teria mais maleabilidade para a constante experimentação e troca de lugares. Os estilos mais exóticos de alguns sujeitos também podem ser entendidos, segundo o autor, como sinais de reação e de rompimento com consensos. “As culturas juvenis teriam sempre um significado político. Os rituais dessas culturas acabariam sempre por manifestar uma capacidade de resistência, ganhando e criando espaços culturais” (PAIS, 1993, p.49).

(...) conforme Margulis y Urresti (2000), “la juventud es más que una palabra”, é mais do que um signo e não se reduz aos atributos “juvenis” de uma classe. É uma condição que se articula social e culturalmente em função da idade, com a geração a que pertence, com a classe social de origem, com o gênero e com a inserção familiar. Por isso, torna-se fundamental superar a consideração de “juventude” como mera categorização por idade, pois não há exatidão entre os limites de infância, juventude e velhice, como demarcavam os antigos ritos de passagem da infância para a vida adulta. (BAQUERO; BAQUERO; HAMMES, 2010).

Apesar de concordar com a ideia de que não é apenas a idade que caracteriza os jovens e compreender que há diversos critérios para conceituar a juventude, por questão metodológica, este artigo toma como base a faixa etária, seguindo parâmetros utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e considera jovens aquelas pessoas que tenham entre 15 e 24 anos. De acordo com dados do Censo 2010 (IBGE, 2010), o Brasil tem cerca de 34 milhões de pessoas nessa faixa etária. Portanto, o contingente de jovens representa quase 18% dos 190.732.694 brasileiros.

Os estudos sobre socialização política de crianças e adolescentes apontam que os valores políticos internalizados neste período da vida são de fundamental importância para a atividade política na vida adulta. Assim, assume relevância o papel das agências socializadoras – família, escola, grupos de referência dos indivíduos, associações, partidos políticos – naquilo que se denomina educação política. É no processo de aprendizagem desses valores democráticos e participativos que os jovens podem vir a desenvolver um comportamento político pró-ativo. (PEREIRA, 2010).

Se considerarmos a representatividade da parcela da população considerada jovem e também a importância que as instituições tradicionais e os meios de comunicação têm como agentes socializadores, perceberemos como o desenvolvimento da cidadania nesta fase pode contribuir para ampliar os valores democráticos.



Entretanto, se por um lado os jovens são tidos, muitas vezes, como cidadãos apolíticos, por outro, os métodos tradicionais de ensino pouco têm contribuído para modificar essa visão. A educomunicação surge nesse contexto como uma alternativa à conscientização e fomentação da necessidade de participação e cidadania.

PARTICIPAR PARA QUÊ?

A participação política é resultado do envolvimento individual de cada sujeito, mas também da educação. “Apesar de a participação ser uma necessidade básica (...) é uma habilidade que se aprende”, (BORDENAVE, 1992, p.46). Portanto, a inserção dos jovens no movimento estudantil ou em outras formas de participação é fruto da educação política. Assim como defende Castro (2006, p.254), é preciso discutir a participação como “demanda subjetiva” e forma pela qual os indivíduos buscam estar vinculados à sociedade e como se reposicionam, a fim de se afirmarem como seus integrantes.

Bordenave (1992) enumera diversos tipos de participação, como a participação de fato, espontânea, imposta, voluntária, provocada por agentes externos e concedida. Segundo o autor, o modelo ideal de participação é aquele em que há autogestão e que os dirigentes não ficam a cargo do controle, apenas informando o restante dos membros. Ele acredita que em uma democracia participativa não pode existir divisão de funções entre os que planejam e decidem e os que executam e sofrem consequências.

Para Bordenave (1992), quando se discute participação, é inerente falar de conflito social. Conforme o autor, a desigualdade não colabora com a participação, já que o “diálogo verdadeiro só é possível entre iguais ou entre pessoas que desejam igualar-se”. (BORDENAVE, 1992, p.51). Então, a participação social e política está fortemente arraigada nos movimentos populares, nas lutas de classes e no desejo de tornar a sociedade mais igualitária.

Sendo assim, a participação política vai além da militância nas organizações partidárias e inclusão no processo eleitoral. O direito ao voto entre os 16 e 18 anos é um grande avanço, mas não é capaz de garantir, sozinho, mais comprometimento com as transformações sociais. Ainda que esses tipos de envolvimento permitam ao jovem experimentar a luta pela ampliação de direitos e os resultados das manifestações da sociedade organizada e conhecer profundamente os vínculos institucionais, os jogos de poder e o terreno de disputas que compõem o campo político, também existem outras



formas de transformação e engajamento político, “implodindo fronteiras e identidades e deslocando a noção do político para as margens do que é convencionalmente concebido como tal” (CASTRO, 2008, p.253).

Aqueles que estão envolvidos nos movimentos religiosos, culturais, nas instâncias de representação discente e nos movimentos de solidariedade representam, cada qual ao seu modo, formas singulares de participação política, distintas de formas clássicas já superadas e/ ou revistas. (ALMEIDA, 2007).

Tradicionalmente, os movimentos estudantis são interpretados como os principais ambientes de participação política da juventude: seja nos grêmios das escolas ou nos diretórios acadêmicos das faculdades, as instituições de ensino sempre fomentaram o envolvimento e a experimentação democráticos.

O movimento político que ocorre na juventude é associado visceralmente ao campo estudantil, uma vez que as instituições escolares são espaços privilegiados na vida das gerações mais novas, já que sua instrução é fator fundamental para a vida adulta. Por isso, a forma como os jovens se articulam dentro das esferas de correlação de força nos espaços estudantis é fruto de sua socialização política e de seu “despertar” por esses mesmos espaços, visto que se constituem como molas propulsoras do interesse político. (PEREIRA, 2010).

Percebe-se atualmente, que, apesar da grande relevância da educação e, em consequência, da escola, a proposta de vincular a participação juvenil exclusivamente ao campo estudantil está ultrapassada. Muitos jovens que se viram obrigados a se afastar dos estudos pela necessidade de trabalhar ou por outras razões podem demonstrar engajamento político, mesmo que distante das escolas. Seja nas associações de bairros, nas agremiações de samba, nos meios de comunicação comunitários, nas ONGs ou em outros movimentos sociais, é possível participar politicamente.

O declínio observado por alguns autores em relação aos comportamentos políticos institucionalizados (INGLEHART, 1997) – o voto, por exemplo – relaciona-se com mudanças dos valores, quando hoje as novas gerações não se identificam mais com organizações hierarquizadas e burocratizadas e preferem experiências políticas não-convencionais, “expressivas” e informais. (CASTRO, 2008, p.255).

A principal modificação ocorreu na compreensão de que o sentido político do trabalho social não fica restrito à vinculação partidária, ressaltando toda a legitimidade e importância dos partidos. Esse deslocamento percebido por muitos autores, como Castro (2008), Aldé (2004), Almeida (2007) e Pereira (2010), faz parte de uma nova ambiência marcada pela descrença nos partidos políticos e redução da relação com a



política institucionalizada. Isso não quer dizer que os jovens de hoje sejam menos politizados, mas que descobriram vínculos sociais capazes de responder a questões mais atuais e dão outro sentido às relações da alteridade. Esse novo sentido também é responsável por criar vínculos de pertencimento, de forma que os espaços de luta e discussão política passam a ser referenciais importantes para os rearranjos identitários juvenis.

EDUCOMUNICAÇÃO PARA DESENVOLVER A PARTICIPAÇÃO

Quando a juventude é colocada diante de atividades que estimulam sua consciência crítica, valorizam suas habilidades e incentivam o aprendizado, novos valores começam a florescer, a autoestima cresce e sua relação com a sociedade começa a se modificar. Quando há reconhecimento do papel da comunicação na modificação e inclusão social, o processo de educação do jovem só tem a ganhar. “A consciência da dimensão econômica da cultura vem crescendo, assim como a de seu papel na concepção de políticas sociais que favoreçam o respeito à diversidade cultural, ao pluralismo e aos direitos humanos”. (UNESCO, 2006, p.42).

Considerado o precursor e um dos principais responsáveis pela difusão do conceito de educomunicação, o jornalista, escritor e pesquisador Mario Kaplún (1923-1998) nasceu na Argentina e viveu no Uruguai. Com o objetivo de estimular formas de recepção mais críticas e conscientes, o autor percebeu no vínculo da comunicação com a educação um instrumento a favor da cidadania. Assim, Kaplún desenvolveu métodos e técnicas próprios, como o cassette-foro (KAPLÚN, 1984), e foi defensor da escola como espaço de reflexão midiática.

Ao contrário de muitos pesquisadores que têm visão apocalíptica dos meios de comunicação, principalmente os de massa, Kaplún acreditava na importância da mídia como ferramenta capaz de auxiliar nos processos de participação, e enxergava na comunicação, principalmente de característica comunitária, uma oportunidade de divulgação de direitos e deveres, e de promoção da cidadania.

Mario Kaplún (1998) defende que a comunicação não pode ser entendida apenas como profissão ou um meio de vida, mas sim como um serviço à sociedade. O autor acredita que para a comunicação acontecer, de fato, não basta apenas técnica, sendo preciso também envolvimento social e participação. Ele diz buscar uma prática de comunicação que tenha projeção social e não seja hegemônica e, para tal, acredita ser



necessário desenvolver uma pedagogia da comunicação, que pode (e deveria) ser aplicada nas escolas.

Para alguns estudiosos, existem três modelos básicos de educação, o que enfatiza os conteúdos, o que foca os efeitos e aquele que se baseia no processo. (KAPLÚN, 1998). A educação com ênfase nos conteúdos é originária da Europa e se faz presente no tipo tradicional de educação. Paulo Freire (1978) é um dos críticos desse modelo e o classifica como “bancário”, por ser baseado no autoritarismo e paternalismo, valorizar pouco o diálogo e a participação e premiar pela retenção de conteúdo.

O modelo de educação com ênfase nos efeitos tem origem nos Estados Unidos e é fundamentado na engenharia do conhecimento. Questiona o modelo tradicional, mas tem maior preocupação com resultados e produtividade. É o modelo que mais está arraigado na concepção convencional da comunicação, e pode ser percebido na publicidade e na propaganda política. Já a educação que enfatiza os processos é considerada por Kaplún (1998) a mais inovadora. Inspirada, principalmente, nos estudos de Paulo Freire, este modelo busca o desenvolvimento do raciocínio, da criatividade e da consciência crítica. Valoriza a problematização e a história de vida dos educandos, e não há diferença hierárquica em relação ao educador.

Conforme Kaplún (1998), a partir da ênfase nos processos, é possível estimular na escola compreensão diferente a respeito da comunicação, questionar a ordem existente e incentivar maior engajamento comunitário e participação. Ele defende também que a mídia não seja resumida em meios de informação, mas cumpram o papel de meios de comunicação.

Segundo o autor, o temo comunicar pode ser entendido como o ato de informar, de transmitir e emitir, mas também como diálogo, intercâmbio, relação de compartilhar e reciprocidade. “Comunicación deriva de la raíz latina COMMUNIS: poner en común algo con otro. Es la misma raíz de comunidad, de comunión; expresa algo que se comparte: que se tiene o se vive en común.” (KAPLÚN, 1998, p.60). Assim, se as escolas valorizarem a comunicação de forma mais ampla e buscarem a transformação, estarão também trabalhando para que as crianças e os jovens tenham uma participação política mais efetiva. “A educação, qualquer que seja o nível em que se dê, se fará tão mais verdadeira quanto mais estimule o desenvolvimento desta necessidade [de transformação] dos seres humanos, e de sua expressividade.” (FREIRE, 1978, p. 24).

Para Freire (1978), a acomodação não pode ser aceita como algo natural e para que ocorra transformação da realidade, é preciso que haja incentivo ao questionamento



e à crítica, e que os conceitos pré-estabelecidos não sejam aceitos de forma passiva e sem reflexão.

Reforçando o ‘silêncio’ em que se acham as massas populares dominadas pela prescrição de uma palavra veiculadora de uma ideologia da acomodação, não pode jamais um tal trabalho constituir-se como instrumento auxiliar na transformação da realidade. (FREIRE, 1978, p.15).

Para quebrar alguns costumes e romper com paradigmas impostos, é importante que haja participação, já que ela “facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder na sociedade”. (BORDENAVE, 1992, p.12). Sendo assim, deduz-se que a educomunicação pode contribuir para que os jovens façam ainda mais intervenções ativas e participem da construção da sociedade efetivamente, e não apenas durante as eleições, quando são chamados a escolher seus representantes.

JUVENTUDE, ESCOLA E POLÍTICA: A CHAVE DA SOCIALIZAÇÃO

Segundo Castro (2008, p.255), “parecem existir indicações de que os jovens não se interessam pela política”. A autora cita em seu artigo “Participação política e juventude”, o estudo financiado pelo Instituto da Cidadania, divulgado em 2005, que tentou traçar um perfil da juventude e levantou alguns aspectos da relação com a política.

(...) apenas 15% de jovens participam de quaisquer atividades de grupo no bairro e na cidade, mesmo que 37% dos jovens reconheçam que a política “influi muito” em suas vidas. Além disso, o item “confiança nas instituições” mostra que 83% dos jovens confiam totalmente na família, mas, no que se refere aos partidos políticos, esse valor é de apenas 3%. (CASTRO, 2008, p. 256).

Outras pesquisas revelam dados semelhantes no que diz respeito à falta de crença nas instituições políticas e o afastamento em relação a essas entidades.

Em outro estudo com 8.000 jovens de todo o Brasil, conduzido pelo Instituto Polis e pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) (POLIS-IBASE, 2006), os resultados indicam que apenas 8,5% dos jovens consideravam-se politicamente participantes, embora 65,6% tenham afirmado buscar informações sobre política, mas sem participar diretamente. A grande maioria dos jovens dessa pesquisa (65%) mostrou descrença em relação à representatividade dos políticos na defesa dos interesses dos cidadãos e enfatizaram a corrupção, a desorganização e a fragmentação de projetos que não geram resultados. Afirmaram ainda a importância das ações voluntárias e



comunitárias como forma de participação que lhes é mais acessível. (CASTRO, 2008, p. 256).

Assim como Castro (2008), Pereira (2010) e Cassab (2006) defendem que a educação é umas das formas de se atingir mais envolvimento político, participação e cidadania, que abrange todos esses elementos. Pereira (2010) sustenta que a inclusão das disciplinas de sociologia e filosofia no currículo das escolas de ensino médio no Brasil, por meio da Lei 11.684/2008, que mudou um artigo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pode representar avanços no engajamento dos jovens brasileiros.

Apesar de, isoladamente, a medida não ser capaz de provocar grandes mudanças, ele acredita que, “o tema política passa a estar presente de forma mais contundente na vida escolar dos jovens, abrindo a possibilidade de problematizações importantes para o pleno exercício da cidadania”. (PEREIRA, 2010).

De acordo com Pereira, uma das maneiras de proporcionar que os estudantes sejam participantes ativos dos processos de mudança e de discutir no ambiente escolar o modo como eles se envolvem com as discussões políticas é ampliar o acesso à pesquisa. Os resultados desse estímulo, segundo ele, podem contribuir também para a formação de novas lideranças políticas. Este formato de incentivo à cidadania ainda é capaz de se aliar à educomunicação e ao modelo de educação que valoriza os processos (KAPLÚN, 1998).

Durante toda a nossa vida nos relacionamos uns com os outros. Seja com a família, com os amigos, na escola ou no trabalho, a todo o momento precisamos conviver. E apesar do forte caráter individualista presente na nossa fragmentada sociedade midiática, a organização das pessoas que buscam se juntar a outras – por apresentarem algum tipo de afinidade – com intuito de celebrar, aprender, compartilhar ou apenas passar o tempo livre, tem se tornado algo comum. (SANGLARD, 2007).

De acordo com Michel Maffesoli (1998), “enquanto a lógica individualista se apóia numa identidade separada e fechada sobre si mesma, a pessoa só existe em relação com o outro”. Por mais que a sociedade seja fragmentada e apresente um caráter individualista, nela o indivíduo não consegue se sustentar sozinho.

[...] a valorização do grupo é uma desconstrução do individualismo [...]. Esse individualismo existe, é negável. Ele permite à sociologia nascente explicar a dinâmica própria da Modernidade, mas é, ao mesmo tempo, contrabalançado pelo seu contrário, ou mais exatamente pela remanência de elementos alternativos. Aliás, essa é a tensão paradoxal que garante a tonicidade de uma dada sociedade. (MAFFESOLI, 1998, p.123).



O autor chama de tribos os microgrupos responsáveis pela tensão fundadora que caracterizam o fim do século XX. De acordo com ele, a massa, ou o povo, não são sujeitos da história, pois não se apóiam na lógica da identidade como o proletariado e as outras classes. Já a tribo participa dessa lógica ao permitir que no processo de “desindividualização” seja valorizado o papel de cada pessoa dentro dela.

Para Maffesoli, o indivíduo tem característica do social e da socialidade. No social, a pessoa tem uma função em um grupo estável, já na socialidade a pessoa representa papéis tanto dentro de sua atividade profissional quanto nas diversas tribos de que participa. “Mudando seu figurino, ela vai, de acordo com seus gostos [...] assumir o seu lugar, a cada dia, nas diversas peças do *theatrum mundi*”. (MAFFESOLI, 1998, p. 108).

É importante ressaltar que as tribos são instáveis e não se cristalizam. Dessa maneira, as pessoas podem mudar de uma tribo para outra ou permanecer em uma mesma tribo apesar de ter mudado de classe. A forma do “tribalismo” é fundamentada pelas noções de comunidade emocional, de potência e de socialidade, e tem como consequência o multiculturalismo. (MAFFESOLI, 1998, p. 10).

Com o passar do tempo as tribos também se modificam. As atuais são bem diferentes das da década de 60, por exemplo. O fenômeno das tribos modernas é muitas vezes classificado por Maffesoli (1998) como neotribalismo. Segundo ele, esse novo agir em grupo é caracterizado pela fluidez, pelas uniões pontuais e pela dispersão. “O que ele [M.Scheler] chama de ‘teoria da identificação da simpatia’ permite explicar as situações de fusão, esses momentos de êxtase que podem ser pontuais, mas que podem, também, caracterizar o clima de uma época”.

Um grupo religioso, um time de futebol, uma confraria de pessoas da terceira idade, todos podem representar uma tribo. A tribo dos lutadores de jiu-jitsu, das pessoas que frequentam determinado local na praia ou dos vinculados ao grêmio estudantil. Qualquer grupo de pessoas que se unem por qualquer motivo e que passam a agir de uma forma comum, vestir de uma maneira diferenciada ou apresentar áreas de interesse semelhantes, mesmo mantendo suas singularidades, pode representar uma tribo. (SANGLARD, 2007).

Os jovens, principalmente, têm necessidade de fazer parte de um grupo e se sentirem pertencentes a uma tribo. Até mesmo para se sentirem aceitos na sociedade. Com a presença tão intensa do individualismo, cada dia é maior a necessidade da juventude se autoafirmar. A necessidade de independência dos pais e a vontade de



construírem sua própria vida fazem com que eles estejam sempre em busca de um grupo com o qual se identificam.

Independente do nome recebido (tribo ou grupo social), a sensação de estar inserido proporciona satisfação por significar que participamos de algo que também ajudamos a construir. O poder de quem age em grupo é maior, a vontade de enfrentamento é encorajada e os resultados são somatizados, pois a conquista de um passa a representar uma conquista de todo o grupo. No entanto, se por um lado fazer parte de uma tribo é algo importante e uma experiência necessária, isso implica admitir que ser excluído é algo complicado e dramático, principalmente na infância e na juventude. Segundo Maia (2009), os grupos têm papel central na socialização dos jovens.

Os grupos, enquanto espaço de pertença e representação de ser jovem, em muitas situações, são alternativas de ação ou canal de participação na sociedade. Com o acompanhamento, os jovens vão adquirindo capacidades que os impulsionam a desenvolver ações para além das fronteiras do grupo e que atendam a interesses não só de ordem pessoal. A participação cidadã em ações de interesse social é indicador importante para constatar o índice de capital social. Dados da UNESCO revelam consenso quanto à necessidade e importância da participação cidadã da juventude. (BAQUERO; BAQUERO; HAMMES, 2010).

Se o objetivo é a construção de sociedades mais justas e igualitárias, é indispensável investir na participação e no envolvimento político. É também importante que o estímulo à vivência coletiva e participativa abranja a inclusão, que deve ser garantida, conforme Bobbio (1992), em toda a sua amplitude. A inclusão envolve a garantia de direitos e sua adequação, conforme a evolução das demandas sociais. Para tal, a juventude é extremamente importante, por possuir capacidade de compreender, praticar e multiplicar os aprendizados, principalmente quando inserida em ambiente escolar que proporcione a vivência cidadã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descrença em relação à política institucionalizada vem sendo percebida frequentemente por pesquisadores tanto do campo da comunicação e educação, quanto das ciências sociais. Vale ressaltar que essa “desmobilização”, principalmente partidária, não é um fenômeno exclusivo dos jovens, mas de toda a população. Apesar de a participação política ir além das formas tradicionais de militância, é perceptível que



o incentivo ocorrido no ambiente escolar pode resultar em uma mudança efetiva das formas de envolvimento com a prática da cidadania.

Por isso, mais do que ensinada, a política deve ser vivida e pesquisada na escola. As instituições de ensino podem funcionar com um ambiente de incentivo a práticas de resistência aos modelos socialmente impostos, contrariando a cultura individualista. A partir da percepção de que a comunicação, mais do que prática ou profissionalização, é também um direito e um instrumento de modificação social, torna-se intrínseca sua conexão com o campo da educação. Neste eixo, descobrimos nas pesquisas e propostas de Paulo Freire e Mario Kaplún os indícios de que o ambiente escolar deve focar o modelo de ensino que não se pautar apenas nos conteúdos e nos resultados atingidos, mas que valorize o processo educacional e incentive a participação.

Seguindo a vertente dos Estudos Culturais ingleses, aponta-se neste artigo que as identidades são múltiplas, transitórias e construídas socialmente, também recebendo contribuição dos meios de comunicação de massa. Em uma contemporaneidade cada vez mais marcada pela presença da mídia e das tecnologias, o indivíduo, que não deixou de ter necessidade de integrar grupos, interagir e participar, tende a inovar nas suas formas de relação com o outro. Assim, devido à dificuldade de abordar o jovem apenas como indivíduo isolado, devido às inúmeras identidades que pode assumir, e que também são variáveis de acordo com o contexto cultural e histórico, ressalta-se a relevância do grupo social.

A ação coletiva e a participação política podem ser trabalhadas por uma abordagem como a da educomunicação – que estimula a fazer uma leitura crítica da mídia, cria espaços de interação social (e reflete-se na consolidação de identidades) e permite que os jovens possam vivenciar um entendimento da política, por meio do exercício do direito à comunicação, que é mais intenso do que aquele usualmente oferecido pelos valores individualistas que prevalecem na sociedade atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDÉ, Alessandra. *A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALDÉ, Alessandra; MENDES, Gabriel; FIGUEIREDO, Marcus. *Tomando partido: imprensa e eleições presidenciais em 2006*. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/1688/1432>>. Acesso em: 11 jul. 2010.



ALMEIDA, Loriza Lacerda. *A juventude e suas representações*. Revista da UFG, v. 6, n.1. Disponível em: <http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/juventude/representa.html>. Acesso em: 21/08/2007.

AURÉLIO dicionário eletrônico: século XXI. Nova Fronteira e Lexikon Informática, 1999.

BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute; HAMMES, Lúcio Jorge. *Desconfiança, capital social e cultura política: os jovens no Brasil*. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/sncp/resumos/2010/cult_pol/2010_cp_024.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2010.

BAUMAN, Zigmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, RJ. 7 reimpressão. 1 ed. Campus, 1992.

BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. *O que é participação*. 7ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin; PORTELLA, Maria Carolina Ribeiro. O Projeto UFJF: Território de Oportunidades. In: CASSAB, Maria Aparecida Tardin. (Org.). *Para construir espaços solidários: uma metodologia de trabalho com jovens*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006. p.33-44.

CASTRO, Lúcia Rabello de. *Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum*. In: Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, jun. 2008.

COSTA. António Firmino da. Identidades culturais urbanas em época de globalização. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.17, n.48, p.15-30, fev.2002.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GENTILLI, Victor. *Democracia de Massas: Cidadania e Informação*. Dissertação apresentada à ECA-USP – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo: 1995.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, Vozes, 1985.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

GUARESCHI, Neuza Maria de F. *A mídia e a produção de modos de ser da adolescência*. In: Revista Famecos, Porto Alegre, n.30, p. 81-89, ago. 2006.

HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 7.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.



HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IBGE. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php>. Acesso em: 5 jan. 2010.

KAPLÚN, Mario. *Una pedagogía de la comunicación*. Madrid: Ediciones de la Torre, 1998.

KAPLÚN, Mario. *Comunicación entre grupos: el método cassette-foro*. Bogotá, Colômbia: Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo (CIID), 1984.

MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MAIA, Aline. *Telejornalismo e Identidade: Estudo de recepção do Jornal Nacional entre jovens da periferia de Juiz de Fora – MG*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom) da UFJF como requisito para obtenção de grau de Mestre em Comunicação, Juiz de Fora, 2009.

PAIS, José Machado. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1993.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. *O que os jovens pensam da política? Um estudo sobre cultura política na escola*. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/snep/resumos/2010/cult_pol/2010_cp_028.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2010.

SANGLARD, Fernanda Nalon. *O teatro como ferramenta da comunicação: uma proposta para a educação do futuro*. Monografia apresentada à Faculdade de Comunicação Social da UFJF como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em comunicação com habilitação em jornalismo, Juiz de Fora, 2007.

SCHMIDT, J. P. Equilíbrio de baixa intensidade: capital social e socialização política dos jovens brasileiros na virada do século. In: BAQUERO, M. (org.). *Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social*. Porto Alegre/Brasília: Ed. UFRGS/Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), 2001.